



Forestis



UMA DUPLA IMBATÍVEL.

**ZENOAH
KOMATSU**

**BENEFICIE DA EXPERIÊNCIA DO MAIS ANTIGO IMPORTADOR/DISTRIBUIDOR DE MÁQUINAS
E ACESSÓRIOS PARA A SILVICULTURA EM PORTUGAL E DA MAIS AVANÇADA TECNOLOGIA JAPONESA.**

ROBUSTEZ, ERGONOMIA, DESIGN, SÃO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MOTO-
SERRAS ZENOAH KOMATSU, AS QUAIS PROPORCIONAM AOS SEUS UTILIZADORES
MAIS CONFORTO, SEGURANÇA E UMA GRANDE CAPACIDADE DE TRABALHO. A ASSISTÊNCIA
TÉCNICA VERDASCA, COM 40 ANOS DE EXPERIÊNCIA, GARANTE A MANUTENÇÃO E O
BOM FUNCIONAMENTO DAS MÁQUINAS.



VERDASCA

JOAQUIM VERDASCA JÚNIOR, HERDEIROS, LDA.



SUMÁRIO

Editorial	2
Série: Economia Florestal	3
Vida da <i>Forestis</i>	5
Vida das organizações sub-regionais locais	10
Ficha Técnica	20

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 16

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: SÉRGIO MARABUTO

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ANDRÉ REBELO, ANTÓNIO BORGES, ANTÓNIO NETO, ARTUR MOTA,
CAROLINA DOMINGUEZ, CATARINA QUINTELA, JOÃO TEIXEIRA, JORGE CUNHA, JOSÉ GOUVEIA,
JOSÉ MOREIRA DA SILVA, LUÍS SARABANDO, MARGARIDA BARBOSA, MARIA FERNANDA RIBEIRO
DOS SANTOS, MARISA MARTINS, MARISA OLIVEIRA, NUNO CALADO, NUNO SOUSA, PAULA AFONSO,
RICARDO SALDANHA, ROSÁRIO ALVES, RUI GIESTAS, RUI GUIMARÃES, SÉRGIO MARABUTO
E ZULMIRA CAMPELO

EDITORIAL

...Quem acode à Floresta?

Quando se faz um balanço da aplicação do II QCA ao sector agrário chegamos, inevitavelmente, à conclusão de que a floresta foi a grande esquecida nos apoios concedidos, que sempre ficaram aquém das promessas feitas. Os objectivos que se pretendiam alcançar com os novos rumos anunciados nunca passaram de uma piedosa miragem...

1. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se esquece o fomento e a defesa florestal, reforça-se a consciência do seu papel fundamental na economia e na sociedade.

- Reconhece-se que somos um país especializado nas actividades silvícolas e que os bens gerados nos espaços florestais estão na base de uma importante cadeia industrial, com grande peso na exportação e no emprego...
- Constatamos a importância da floresta como sumidouro natural do carbono da atmosfera, quando estamos confrontados com gravíssimos problemas de incumprimento das metas fixadas em 1997, no Protocolo assinado em Quioto, relativamente à redução das emissões dos gases associados ao efeito estufa. A incapacidade de controlo da situação vai-nos custar muitos milhões de contos de multas...
- Sabemos que a floresta tem um papel fundamental na gestão de recursos hídricos, e temos a consciência do valor estratégico da água e das vulnerabilidades que causará a sua insuficiência. Conhecemos a nossa dependência dos rios originários de Espanha. Sabemos que é necessário reforçar a capacidade de infiltração e retenção das águas através de acções de florestação...
- Falamos da importância da floresta na salvaguarda da biodiversidade e sabemos que nas florestas residem 50% a 90% das espécies vegetais e animais, e que elas constituem o habitat de muitas espécies ameaçadas de extinção...
- Sabemos que, enquanto na Europa se verifica uma expansão das florestas e uma preocupação crescente por garantir a sua gestão sustentada, em Portugal a floresta regride, revelando indicadores de abate superiores ao crescimento...

2. Apesar da convergência de opiniões acerca da importância da floresta e da necessidade urgente de se concretizarem medidas de política e acções que:

- Atendam à sua multifuncionalidade e a compensem pelos bens e serviços que proporciona e que não são pagos pelo mercado.
- Evitem a delapidação do património existente, fomentando as transformações nos sistemas produtivos que reduzam as ineficiências, nomeada-

mente as resultantes da inadequada dimensão ou falta de formação dos proprietários...

- Criem os meios financeiros nacionais que reduzam a dependência de fundos comunitários, não só durante o actual período do III Quadro Comunitário de Apoio mas, sobretudo, no final da vigência dele, quando se consumir o alargamento aos novos países de Leste...

Temos conhecimento do que se prepara para o sector florestal e ficamos muito preocupados. Tentámos levar a quem de direito a mensagem da *Forestis* que é, sobretudo, a da defesa da Floresta nas regiões Norte e Centro, onde predominam as pequenas áreas, com menos de 5 ha, frequentemente divididas em diversas parcelas, para as quais é difícil, nas condições actuais, efectuar qualquer investimento produtivo.

Confiámos que o esquecimento da Floresta nos últimos anos viesse a ser compensado por uma política mais adequada agora, sobretudo através de instrumentos de apoio à gestão florestal associada, a única via para a pequena propriedade.

Entretanto verificamos que:

- ... as taxas de cofinanciamento sofrem quebras
- ... os montantes elegíveis por ha são reduzidos
- ... a burocracia, tudo indica que será semelhante à verificada anteriormente
- ... a criação do Fundo Financeiro Florestal mantém-se adiado.

3. Como é possível manter-se tal divergência entre, por um lado, o discurso político expresso na Lei de Bases da Política Florestal, no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa e nas sucessivas afirmações do muito que é preciso mudar na floresta e, por outro lado, a realidade dos instrumentos que depois são oferecidos?

Perante esta situação, avolumam-se junto da *Forestis* as reclamações das Associações Florestais suas federadas, reclamando uma intervenção mais visível e eficaz junto do Primeiro Ministro, não acreditando já que seja suficiente a intervenção junto do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e do Ministro da Agricultura...

Todos repudiam as contradições entre o discurso e a realidade, considerando profundamente injusto que se esqueça desta forma um sector fundamental para a economia e para a sociedade. Por isso exigem da *Forestis* uma intervenção diferente...

Quem faz justiça à Floresta portuguesa?

José Bento da Silva Ramos
(Presidente da Direcção)

SÉRIE: ECONOMIA FLORESTAL

Na sequência da visita de dois técnicos da região da Aquitânia, em França, a **Forestis** promoveu uma palestra sobre a experiência das SODEF's, da qual se apresenta um breve resumo.

Sociedades de Financiamento Florestal

As Sociedades de Engenharia Financeira Florestal designadas por SODEF's – Sociedades de Desenvolvimento da Economia Florestal, nascem da necessidade de obter financiamento para o sector florestal, normalmente muito desconhecido do sistema bancário tradicional, e percebido como de alto risco pelas instituições financeiras.

Genericamente, pode-se dizer que através destas Sociedades os proprietários conseguem gerar uma força negocial que individualmente não possuem, ao mesmo tempo que dão mais garantias à instituição financeira na boa aplicação do dinheiro, obtendo-o, por isso, a preço mais reduzido, ou seja, a uma taxa de juro mais baixa.

Para obtenção de maiores regalias e maior credibilização, as Sociedades chamam o Estado a intervir. Este, por sua vez, vê com bons olhos este género de iniciativa, na medida em que tem controle sobre a mesma e lhe sai mais barato do que as tradicionais ajudas a fundo perdido.

Este tipo de organizações apesar de ter um carácter privado, não pode nem deve ser uma sociedade financeira, em termos jurídicos.

O caso particular a que nos vamos reportar é ao existente na Aquitânia, região de França onde predomina o Pinheiro.

Em França, como de resto em Portugal, existe um forte receio das instituições bancárias em financiar o sector florestal, na sua vertente de produção, pelos riscos que, lá como cá, afectam este tipo de cultura.

É de referir também que, também lá, não existem produtos financeiros adaptados ou específicos para dar resposta à actividade florestal.

No entanto, na Aquitânia, a longa tradição organizativa dos proprietários, facilitada pelo acompanhamento atento do Estado, pelo contexto geral do país ao longo dos últimos anos permitiu já ultrapassar barreiras e instituir ligações negociais com a Banca, para obter financiamento, criando a já referida SODEF.

Para que um sistema destes possa ser implementado há certas condicionantes básicas que, à partida, devem estar satisfeitas:

- Evitar as divisões de propriedade, por partilhas, vendas, etc...,
- Ter capacidade técnica de gestão florestal.

Proprietários como accionistas

Esta sociedade é formada por capital subscrito em forma de acções pelos proprietários que se transformam em accionistas e gestores da sociedade. Este facto assume uma importância significativa pela responsabilização directa dos interessados na tomada de decisão e, posteriormente, na obtenção de resultados que dependem proporcionalmente do empenhamento e competência dos proprietários/gestores.

A Estrutura da Sociedade

Conselho de Administração: composto por proprietários florestais, pessoas individuais ou colectivas – Accionistas.

Comité de Crédito e Garantia: neste comité têm assento: Parceiro Bancário; Administração Pública; Finanças e alguns silvicultores, nomeados pelo maior grau de conhecimento do meio onde a Sociedade actua.

Este comité é responsável pela avaliação e decisão dos pedidos de financiamento e pelo accionamento do **Fundo de Garantia** quando o processo é aprovado. Note-se que a decisão é tomada por unanimidade. Todo este trabalho se desenrola de forma autónoma em relação ao Conselho de Administração.

Fundo de Garantia: é um fundo constituído, inicialmente, por uma entrada dos poderes públicos, por entradas dos accionistas e é alimentado por quotizações anuais efectuadas pelos mesmos.

O montante depositado deve perfazer 10% (percentagem considerada normal) do total do montante caucionado. A sua função, como o próprio nome o indica, é garantir os empréstimos dos proprietários/accionistas numa percentagem de 80% do empréstimo. Os restantes 20% são assumidos como risco pelo Banco.

Apesar deste fundo pertencer à sociedade, a sua gestão é independente.

O reembolso das quotizações só é efectuado se a situação financeira do Fundo o permitir, ou seja, se ao longo do ano não existir necessidade de suprir muitas faltas. Neste sistema, os proprietários adoptam uma atitude «solidária» na garantia dos seus empréstimos.

Princípios do Sistema	Objectivos finais
• Criar uma sociedade de engenharia financeira • Proprietários serem accionistas da sociedade • Angariar 1 ou 2 parceiros bancários • Obter um prémio de bonificação do estado e da região para reduzir a taxas de empréstimo • Criar um fundo de garantia silvícola gerido pela sociedade de engenharia financeira • São beneficiários dos empréstimos: todos os proprietários florestais accionistas	• Ultrapassar o facto de que o prémio à bonificação não podem ser eterno • Ter um recurso financeiro mais acessível • Criar um plano de poupança florestal

Parceiro bancário

A sociedade consulta o mercado de forma a encontrar um banco para parceiro, que concederá o crédito nas melhores condições.

Como já foi referido, não é fácil encontrar um banco disposto a dar o crédito, por isso, e para diminuir o risco ou, se quisermos, aumentar a atractividade desta parceria, entra em acção o Estado que dá o seu 'aval', nomeadamente através da sua participação nos órgãos de apoio à decisão que só dão parecer positivo ao pedido de empréstimo do proprietário depois de, no âmbito da sua actuação, confirmarem que o proprietário reúne as condições de fiabilidade necessárias.

Trâmites do processo de pedido de empréstimo

Apesar de esta estrutura sugerir alguma complexidade pela participação de vários intervenientes, a actuação do proprietário é extremamente simplificada, na medida em que só tem um interlocutor, que é a sociedade.

Assim, se o proprietário pretende obter um empréstimo, faz chegar o seu pedido à sociedade, que antecipadamente tem definidas pelo Conselho de Administração, as regras de acordo com o tipo de empréstimo (predial, plantação, exploração, aquisição de material florestal...) e os requisitos de candidatura que devem ser apresentados pelo proprietário.

Após a apresentação do pedido, o *Comité de Crédito e Garantia* decide, tendo em consideração o conteúdo dos processos.

De um processo podem constar:

- Informações técnicas financeiras recolhidas pela sociedade;
- Informações dadas pelos silvicultores do Comité sobre a viabilidade técnica do projecto (e, eventualmente, opinião geral sobre a pessoa que requer o empréstimo);
- Informações dadas pela Administração das Finanças, sobre a situação fiscal e social de quem faz o pedido;
- Informações dadas pelos serviços de Agricultura acerca do enquadramento e cumprimento da legislação florestal por parte do proprietário e daquilo que pretende fazer;
- Informações da Banca em relação à situação financeira do proprietário.

As condições do empréstimo

Taxa de juro para o silvicultor = Taxa oferecida pelo Banco – Bonificações (*Estado bonifica em 1% e Região bonifica em 1% mais despesas de seguros*).

Prazo do empréstimo = 2 a 5 anos

Plano de Poupança

O próximo objectivo dos responsáveis da SODEF da Aquitânia é a criação de um instrumento financeiro do tipo **Plano de Poupança Florestal**, que deverá servir de fonte de recursos financeiros estável e disponível. Este plano, à semelhança de outros que existem em França para outras actividades, deve ser um produto simples, acompanhado de incentivos fiscais, facto que levaria à aplicação de parte das receitas de cortes de madeira neste Plano de Poupança, completando o ciclo do crédito florestal, já que ficariam disponíveis fundos provenientes do próprio sector para o seu financiamento.

Todo este trabalho de concepção da sociedade e desenvolvimento de produtos de financiamento tem por base um trabalho já longo de dezenas de anos de organização dos proprietários, na Aquitânia, sobretudo em acções muito concretas na área da gestão e de prevenção para diminuir o risco de incêndio.

A apresentação deste tipo de organização tem relevância, na medida em que constitui um exemplo concreto da acção dos proprietários na busca de soluções para o financiamento florestal. No entanto, não se pretende fazer a sua apologia de uma forma descontextualizada. Queremos com isto dizer que não seria possível pensar na adaptação deste modelo, tal e qual, para o nosso País, por várias razões das quais se destacam a falta de organização e profissionalização florestal, há muito alcançadas na Aquitânia, e porque actualmente as nossas dificuldades de financiamento colocam-se, principalmente, ao nível da gestão florestal, que não se compadece com os prazos dos empréstimos referidos.

É, contudo, interessante reflectir sobre a metodologia de trabalho, partilha de responsabilidades e riscos entre Privados e Estado, afinal todos beneficiários deste recurso natural que é a floresta.

VIDA DA *Forestis*

Forestis

Nemátodo da madeira do pinheiro

Foi publicada no passado dia 7 de Janeiro a portaria n.º 7/2000 que estabelece as medidas de protecção fitossanitária extraordinárias consideradas indispensáveis para o combate ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) – *Bursaphelenchus xylophilus*, e seus possíveis vectores, de modo a permitir a sua erradicação na Zona Afectada (ZA), situada na região de Setúbal, e evitar a sua dispersão no restante território nacional. As medidas preconizadas nesta portaria afectam os produtores florestais de espécies coníferas da Zona Afectada, e os diversos operadores económicos sobre as actividades de exploração florestal, armazenamento, transporte, e transformação industrial deste material lenhoso.

Por sua vez, os resultados da prospecção nacional que Portugal efectuou, apresentados através do relatório preliminar do Programa Nacional de

Luta contra o NMP (PROLUNP), confirmaram perante o Comité Fitossanitário Permanente da União Europeia (UE) que o NMP estava confinado à Zona Afectada. No entanto, numa reunião deste Comité do passado dia 24 de Fevereiro, ficou decidido que as restrições a aplicar à madeira de pinheiro se aplicariam também à madeira proveniente da Zona Tampão para exportação, podendo, no entanto, circular dentro do país, desde que sem sintomas do NMP. A título de exemplo, estas restrições, para o caso da madeira sã, isto é, sem sintomas da doença, implicam o tratamento da madeira através de diversos procedimentos como o tratamento térmico e certificados fitossanitários que atestem esse tratamento. No caso da madeira «infectada», com sintomas da doença, as medidas são a trituração e queima das árvores.

Apesar das dificuldades que as medidas previstas na portaria possam causar, a *Forestis* apela a todos os agentes do sector florestal para que as cumpram, no sentido de se manter o NMP dentro da Zona Afectada e de rapidamente se proceder à sua erradicação.

PUB.

Alfredo **Moreira da Silva** & Filhos, Lda.



Quinta da Revolta - Rua do Freixo - 4300-210 Porto
Tel.: 351 22 531 30 20 Telefax: 351 22 531 30 29
Email: viveiros_ams@mail.telepac.pt

PROF da Beira Interior

Dando cumprimento ao estabelecido no decreto-lei n.º 204/99, de 9 de Junho de 1999, a Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior deu início à constituição da comissão mista de acompanhamento da elaboração dos PROF, como previsto no art.º 9 do referido decreto-lei. A elaboração dos PROF é determinada por resolução do Conselho de Ministros, da qual têm de constar a composição destas comissões, que têm representantes da Direcção Regional de Agricultura, da Direcção Geral das Florestas, do Instituto da Conservação da Natureza, da Comissão de Coordenação Regional, dos municípios da área abrangida pelo PROF, do Serviço Nacional de Protecção Civil, das Organizações de Proprietários Florestais, dos órgãos de administração dos baldios existentes e das organizações de indústrias florestais, o âmbito territorial do

PROF e o prazo de elaboração. O território da Beira Interior vai possuir três PROF: Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul. A *Forestis* participou nas reuniões dos passados dias 14 e 15 de Fevereiro, que decorreram, respectivamente, na Guarda e na Sertã tendo ficado como uma das representante das Organizações de Proprietários Florestais em dois dos PROF: o da Beira Interior Sul e o do Pinhal Interior Sul. No PROF da Beira Interior Norte ficou como um dos representantes dos proprietários a nossa associada CELFLOR.

Gestão Florestal Sustentável

A *Forestis*, ciente do desafio que representa para os proprietários florestais, principalmente para os que possuem florestas de pequena dimensão, a questão da Gestão Florestal Sustentável e da sua Certificação, tem participado activamente nos processos ligados a esta temática. Um exemplo disso mesmo tem sido a nossa participação numa Comissão Técnica de Normalização, a CT 145 – Gestão Florestal Sustentável. Esta Comissão Técnica tem por objectivo elaborar uma norma portuguesa para um sistema de gestão florestal sustentável, incluindo os Critérios e Indicadores do processo Pan-Europeu (Conferências Interministeriais de Helsínquia e de Lisboa), e que, atendendo à especificidade da floresta portuguesa, permita a sua certificação. É fundamental estar presente e ter uma voz activa na defesa dos direitos e interesses dos proprietários florestais, num processo que pode vir a ter grande influência no futuro das nossas florestas.

Visita de estudo a explorações silvopastoris em Castela Leon

A ESAB, a UTAD, a DRATM, a ANCRAS e a ANCO-TEQ levaram a cabo o estudo «Utilização silvopastoril das florestas autóctones de Trás-os-Montes: seu estudo integrado» através do Projecto PAMAF/IED n.º 7102, coordenado pelo Prof. Doutor Alfredo Teixeira. No passado dia 25 de Outubro, esta equipa organizou uma visita de estudo a explorações de pequenos ruminantes em Castela-Leon, na qual a *Forestis* participou.

Esta visita começou com uma breve apresentação do Projecto: os objectivos do estudo (avaliação da floresta autóctone, carvalhal, azinhal e sobreiral, na pastorícia tradicional; comparação

de parâmetros zootécnicos – condição corporal, peso ao nascimento e desmame, etc. – e silvícolas – número de árvores por hectare, produção média anual da madeira, regeneração natural, etc.; avaliação do risco de incêndio nas situações com e sem pastoreio; determinação do valor nutritivo da vegetação espontânea – esteva, giesta, urze, folhas das árvores, etc. – presente nos percursos de pastoreio); os locais de estudo; as vantagens de pastorear a floresta (redução do risco de incêndio, aproveitamento de recursos naturais não utilizados por outra actividade, o aumento da fertilidade do solo, melhoria do valor nutritivo da vegetação espontânea e das condições do pastoreio); a utilização ao longo do ano dos ovinos e caprinos nas diferentes situações de pastoreio da floresta autóctone, carvalhal, sobreiral e azinhal; os aspectos a melhorar (regeneração natural e pisoteio excessivo de alguns locais).

Visitaram-se duas explorações de ovinos, uma em Cerezal de Aliste e outra em Luelmo, e uma exploração de caprinos em Fornillo de Formoselle. Nesta última, o produtor de caprinos que recentemente se tinha instalado na aldeia, sem «terra», pediu a um proprietário de floresta de azinhal que lhe deixasse instalar uma vedação onde os animais pudessem permanecer durante um período de seis meses. Após este período, todo o sub-bosque constituído por arbustivas foi consumido. Neste momento, os vários proprietários deste tipo de floresta pedem-lhe para utilizar o mesmo método nas suas propriedades.

Desta visita pode-se verificar que este tipo de utilização silvopastoril nas florestas de azinhal funciona, e que os vários proprietários aderem a este sistema de pastoreio nas suas propriedades. Chama-se isto complementaridade de usos e proveito.

Audiências com o Secretário de Estado

No primeiro trimestre de 2000, a *Forestis* teve a oportunidade de expressar as suas preocupações sobre a política florestal em vigor e as medidas que se avizinham no âmbito do novo Quadro Comunitário por duas vezes, em 19 de Janeiro e em 11 de Fevereiro, em Vairão.

A descida prevista nas taxas de subsídio ao investimento florestal vai, efectivamente, pôr em perigo o investimento florestal dos pequenos proprietários, se não se incentiva fortemente a gestão agrupada. Foi manifestado ao Eng. Victor

Barros que era imprescindível manter as taxas de subsídio com o nível do anterior Quadro, com uma majoração significativa, que não existiu em áreas de intervenção conjunta. A *Forestis* reclamou um maior nível, para a florestação de terras agrícolas, aos investimentos dos proprietários que não são agricultores a tempo inteiro, um caso frequente na zona de minifúndio – e justificou a necessidade de comparticipação nos custos de elaboração de projectos de investimento para áreas inferiores a cinco hectares. Foi mais uma vez referido o incumprimento do Estado relativamente aos protocolos estabelecidos com a *Forestis*, quer para os projectos de investimento (IFADAP), quer para os serviços de extensão e consolidação associativa desenvolvidos pelo movimento associativo.

A *Forestis* presente numa sessão de sensibilização sobre o associativismo em Pedrógão Grande

A *Forestis* esteve presente numa sessão de sensibilização sobre o associativismo florestal organizada pela Câmara de Pedrógão Grande, na presença de mais de 100 proprietários florestais desse concelho, no dia 6 de Março. Após as intervenções do Presidente da Câmara e do Subdirector Regional de Agricultura da Beira Litoral, a *Forestis* transmitiu a sua experiência do associativismo florestal. O resultado da reunião foi o lançamento de uma Associação nesse concelho, com a nomeação de uma comissão instaladora.

***Forestis* acusa IFADAP de não cumprir protocolo**

A *Forestis* – Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal, acusa o IFADAP pelo não cumprimento dos termos do protocolo estabelecido, em 1998, entre a Associação e aquele organismo estatal, designadamente no que toca a prazos. Tendo-se comprometido a financiar projectos de investimento ao abrigo do PAMAF – Medida 3 – Florestas até Julho de 1999, o IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas) tem em causa 40 projectos, em avaliação e/ou transição, para o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), dado os atrasos no processo.

Estes projectos correspondem a um valor global de 477.425.264 escudos e reportam-se a 1574,76 ha de área a intervencionar. Ou seja, 41% do valor total de investimentos apresentados não foi disponibilizado até agora.

Considerando que «o IFADAP está a pôr em causa não só a sua própria credibilidade como a reputação e expectativas geradas em outras entidades e pessoas», a *Forestis* e suas associadas enviaram um abaixo-assinado aquele organismo, querendo deixar claro que não aceitam esta situação e rejeitam «completamente que os projectos entrados ao abrigo do protocolo não sejam aprovados nas condições vigentes no QCA II, mesmo naqueles casos em que foram enviadas cartas a propor a transição das candidaturas para o próximo QCA», pode ler-se na carta.

Esta associação florestal acrescenta ainda que «estão em causa mais de mil hectares de floresta a ser arborizada, beneficiada e protegida contra incêndios», pelo que «alguém tem de assumir a responsabilidade desta situação, resolver e explicar o que está e porque está a acontecer». A indignação perante o incumprimento dos prazos previstos no protocolo é ainda agravada pelo inequívoco sucesso da campanha de sensibilização feita pela *Forestis* junto dos seus associados, que resultou na apresentação de um conjunto de projectos que se traduzem num investimento de 1.166 milhares de contos, o que significa uma taxa de investimento apresentado de 92 % do total previsto (1 270 milhares de contos).

Tendo vindo a alertar o IFADAP, desde o início

PUB.

MONZA, LDA.

Rua de Xabregas, 20 – Piso 2, Esc. 2.07

1900-440 LISBOA

Tel.: 218688440 • Fax: 218688441

Instrumentos e sistemas para as seguintes áreas de actividade:

Equipamento florestal

Ciência dos solos

Fisiologia vegetal

Hidrometria, Oceanografia e Qualidade da água

Estações meteorológicas automáticas ou clássicas

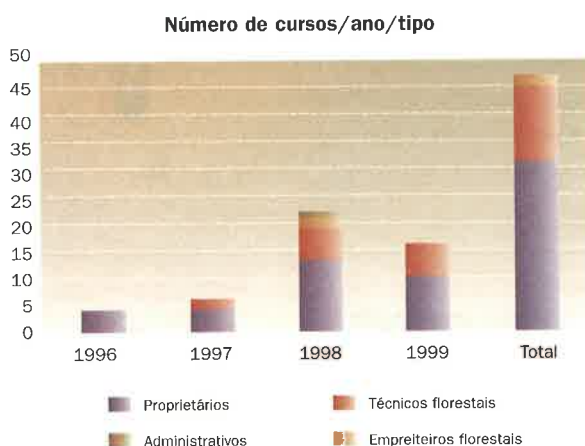
do processo, para a necessidade de cumprimento dos termos do protocolo, a *Forestis* continua a aguardar uma resposta satisfatória aos seus protestos, no momento em que se coloca uma interrogação sobre o enquadramento no novo QCA dos projectos já aprovados, elaborados de acordo com a regulamentação relativa ao QCA II, ao qual se destinavam.

Audiência com o Ministério da Administração Interna

Em audiência com o Presidente da CNEFF em 19 de Janeiro, a *Forestis* apresentou a gravidade da situação das brigadas de sapadores florestais das suas associadas, solicitando que seja regularizado, na brevidade possível o atraso dos pagamentos às mesmas, o que foi efectuado em fins de Fevereiro de 2000.

Formação continua a ser aposta da *Forestis*

A *Forestis* iniciou a sua actividade na formação em 1996. Nos gráficos seguintes apresentamos os resultados da formação entre 1996 e 1999:



Ao longo do ano 1999, a *Forestis* foi a entidade Promotora e Formadora de 16 cursos de Formação Profissional, financiados pela Comunidade Europeia e Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Este projecto formativo só foi possível através da colaboração prestada por toda equipa técnica da *Forestis* e, muito especialmente, do Departamento de Formação; e dos técnicos das Organizações Florestais Sub-regionais; e de outros colaboradores exteriores das seguintes Instituições: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escolas Superiores Agrárias de Bragança e de Coimbra, Direcções Regionais de Agricultura de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, Estação Florestal Nacional e IFADAP.

Os cursos foram dirigidos a proprietários florestais, sócios das Associações Sub-Regionais e técnicos licenciados e bacharéis em Ciências Agrárias. Estes cursos e as suas áreas de formação foram definidas com base na Avaliação das Necessidades efectuadas pelos técnicos e associados das Associações filiadas na *Forestis*.

Os cursos destinados a técnicos foram muito inovadores, sendo pela primeira vez realizados no País, com excepção do curso «Fogos Controlados», que foi promovido pela *Forestis* em 1998, e por outras entidades.



Acções de formação realizadas em 1999

Cursos para técnicos

- Fogos controlados;
- Podas e desramações em povoamentos florestais;
- Infra-estruturas florestais;
- Instalação e condução de povoamentos de folhosas;
- Protecção da floresta contra agentes bióticos;
- Silvicultura do pinheiro bravo.

Cursos para proprietários florestais

6 cursos de Associativismo, Gestão e Defesa Florestal para associados da:

- Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho;
- Associação Florestal do Lima;
- Cooperativa Agrícola de Boticas - Secção Florestal;
- Associação Florestal do Vale do Douro.

2 cursos de Gestão e Defesa Florestal para associados da:

- Associação Florestal do Vale do Sousa;
- Associação dos Silvicultores do Vale do Ave.

Curso denominado «O Souto», o castanho e a castanha para associados da:

- Associação Florestal da Terra Fria Transmontana (ARBOREA).

Curso de Podas em Árvores Florestais para associados da:

- Associação Florestal do Grande Porto (PORTUCALEA).

Estes cursos proporcionaram formação a 252 agentes da fileira florestal, 188 na Região de Entre Douro e Minho e 64 em Trás-os-Montes; 156 proprietários florestais e 96 técnicos

Plano de formação para o primeiro semestre de 2000

Curso para proprietários

- 2 cursos de Associativismo, Gestão e Defesa Florestal
- 7 cursos de Gestão e Protecção da Floresta.
- 6 cursos «Podas e desramações em povoamentos Florestais»
- 2 cursos «O souto, o castanho e a castanha»

Nota: Para informações relativas a estes cursos contactar a *Forestis*

Resineiros em situação «desesperada» precisam de política de apoio ao sector

A *Forestis* - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal, apelou à necessidade urgente de resolver aquilo que definiu como a situação «desesperada» dos resineiros portugueses, perante a ausência de uma política concreta de apoio ao sector. Face ao aumento da importação de resinas da China e do Brasil e à utilização cada vez maior de produtos de substituição, a sobrevivência dos resineiros nacionais depende de uma «urgente tomada de medidas drásticas para defesa do sector». O alerta foi dado por Caroline

Dominguez, coordenadora da *Forestis*, no decurso de um seminário subordinado ao tema «Gestão e Rentabilidade da Floresta», realizado em Cantanhede no passado dia 20 de Março.

Promovido pela Câmara Municipal de Cantanhede, o seminário reuniu técnicos e proprietários florestais locais, que debateram questões relativas à gestão da floresta, chamando a atenção para a importância do associativismo florestal.

Embora sendo uma actividade actualmente pouco dignificada e sem qualquer tipo de apoio, a resinagem é feita «por gente que ama a floresta e a conhece bem», considerou a coordenadora da *Forestis*, situação essa que em muito poderá contribuir para a diminuição do flagelo que são os incêndios florestais, uma vez que os resineiros são «os guardiões da floresta, por excelência», diz Caroline Dominguez.

Resinagem gera emprego e fixa a população

A representante da *Forestis* defendeu ainda que a produção de resina deverá fazer parte dos programas de diversificação da produção florestal, considerando-a geradora de empregos, tanto na sua exploração como na sua posterior transformação. Presente no Grupo de Trabalho dos Produtos não Lenhosos do Conselho Consultivo Florestal, em Bruxelas, a *Forestis* tem vindo a defender uma política de apoio aos produtos não lenhosos, designadamente a resina, sector que, contrariamente às madeiras, permite um rendimento regular, contribuindo deste modo para a fixação das populações, evitando a desertificação e controlando a emigração rural nas zonas produtoras.

Princípios consignados na Carta de Segóvia

Os princípios defendidos para esta política das resinas estão consignados na chamada Carta de Segóvia, documento subscrito pela *Forestis* e elaborado naquela cidade espanhola no decurso de um encontro que reuniu, em 1998, os representantes europeus do sector.

Integrar a resinagem dentro das actividades de luta activa e passiva contra os incêndios florestais, manter o sector em actividade e fomentar o desenvolvimento de métodos e mecanização que permitam o seu desenvolvimento são algumas das medidas propostas naquele documento. A sobrevivência da actividade terá de passar ainda pela criação de uma legislação unitária dinâmica e que respeite as regras da competitividade internacional, para além de adequar as circunstâncias do meio rural a uma legislação laboral e de formação profissional que favoreça a resinagem.

VIDA DAS ORGANIZAÇÕES SUB-REGIONAIS LOCAIS

Associação Florestal de Basto

Gestão de baldios nas Terras de Basto

Decorreu na Associação Florestal de Basto, durante os meses de Janeiro e Fevereiro, uma Acção de Formação intitulada «Gestão dos Baldios nas Terras de Basto». Esta acção, promovida pela *Forestis* e pela Associação Florestal de Basto, contou com um total de 16 formandos, ligados à gestão dos principais Baldios da região e 12 formadores, técnicos das mais diversas temáticas.

Vocacionada para pessoas relacionadas com a gestão de Baldios, esta acção abrangeu uma grande diversidade de temas, relacionados não só com questões florestais, mas também jurídicas e administrativas.

Foram abordados temas muito importantes para

quem assume a gestão dos Baldios, como por exemplo, silvicultura, ordenamento e gestão florestal, caça, pesca, resinagem, descortiçamento, podas, desramações, cortes culturais, cortes finais, cubicagem e avaliação de material lenhoso, certificação florestal, fogos controlados, incêndios florestais, pragas e doenças, quadros financeiros de apoio, legislação sobre baldios, gestão e administração financeira, etc.

Esta acção culminou com uma visita de estudo a baldios fora da região, onde puderam ser observadas algumas técnicas de gestão e condução dos povoamentos, permitindo aos formandos aquilatar, de certa forma, os conhecimentos apreendidos.

Artur Mota

(Técnico da Associação Florestal de Basto)

Associação Florestal do Cávado

Balanço ao fim de 4 anos de Associação

A Associação Florestal do Cávado que, no passado dia 15 de Janeiro, comemorou o seu 4.º aniversário, dispõe de um técnico, uma administrativa e uma viatura para apoio aos seus associados e tem, neste momento, 118 sócios. Desde 1996, tem prestado serviço junto dos seus associados nas mais diversas áreas, nomeadamente em candidaturas a projectos florestais, ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Florestal e à Reconversão de Terrenos Agrícolas em Áreas Florestais (Reg. 2080/92), na elaboração de planos de ordenamento das matas, por forma a torná-las mais dinâmicas e produtivas, na medição de áreas recorrendo ao GPS, promovendo sessões de esclarecimento junto dos proprietários florestais, na realização de avaliações de material lenhoso, entre outras actividades.

Podemos considerar que o trabalho desenvolvido até ao momento é positivo, atendendo ao facto de que, na nossa área predomina o mini-

fúndio, os processos de candidatura são demasiado burocráticos e, a falta de informação junto dos proprietários dificultar a nossa actuação.

Neste momento, conseguimos concretizar um dos nossos principais objectivos, a criação de um agrupamento florestal. Este agrupamento de cerca de 70 proprietários, na freguesia de Vila Cova – Barcelos, constituiu-se no seguimento de um curso de formação para proprietários florestais, promovido pela Associação nesta localidade. Graças ao empenho e apoio da autarquia local, bem como a algumas visitas ao terreno e sessões de esclarecimento, conseguiu-se unir toda esta gente em prol da dinamização e rentabilização dos seus 270 ha.

Elaborámos a candidatura a uma Equipa de Sapadores Florestais para actuarem nas áreas dos nossos associados e áreas de baldio no concelho de Vila Verde, de modo a contribuir para a diminuição do flagelo dos fogos florestais neste concelho. Para formalizarmos a nossa candidatura foi necessário garantir o autofinanciamento e

as despesas não elegíveis do decreto-lei n.º 179/99. Assim, recorreremos à Câmara Municipal que, desde o primeiro instante, se prontificou a apoiar esta candidatura, sabendo de antemão dos benefícios directos para este concelho.

As avaliações de material lenhoso são, neste momento, um dos serviços mais requisitados à Associação, permitindo reforçar a nossa posição junto dos associados, pois infelizmente os proprietários continuam a vender a madeira avaliada por um «feitor» da freguesia ou «a olho», o que faz com que o material seja vendido normalmente, com grandes prejuízos. Parte dessas perdas daria para o proprietário melhorar ou reflorestar a sua parcela, ficando mais sensibilizado para as mais valias económicas e não só que a sua floresta proporciona.

Temos feito alguns planos de ordenamento florestal, em que tentamos incutir no proprietário o conceito de que quantidade não é o mesmo que rentabilidade/qualidade, isto é, hoje em dia

ainda subsiste a ideia de que uma área densamente povoada é uma mais valia económica e, consequentemente, mais rentável. A Associação com os seus conhecimentos técnicos tenta refutar esta ideia, aconselhando-os a produzir com qualidade económica e ambiental.

Com todas estas acções, pensamos estar a contribuir para um aumento do rendimento e uma melhoria significativa da parte ambiental, que é indispensável para uma aposta contínua, a longo prazo, no sector que a região tem com maiores potencialidades – A FLORESTA.

Após estes quatro anos de implantação e sensibilização, pensamos estar a reunir todas as condições necessárias para uma real afirmação no sector florestal dos seis concelhos de actuação desta Associação, com o principal objectivo de nos tornarmos auto-suficientes.

André Rebelo
(Técnico da A. F. do Cávado)

PORTUCALEA

Um estágio profissional na Portucalea

Como foi referido numa das últimas edições deste Boletim, a Portucalea-Associação Florestal do Grande Porto conta com mais uma técnica florestal. O estágio profissional teve início em Julho e termina em Abril.

A realização deste estágio foi possível devido a uma gradual necessidade de apoio aos proprietários, quer a nível dos projectos florestais, quer a nível da gestão e ordenamento da floresta privada na área de intervenção da Portucalea.

Na realidade são inúmeras as dificuldades e barreiras com que um jovem licenciado se depara. No entanto, quando nos dão algum incentivo, encorajamento motivação e, acima de tudo, nos depositam confiança então aproveitamos a oportunidade de demonstrar aquilo que pretendemos, ultrapassando assim todos os obstáculos.

Ao longo destes nove meses de estágio foi-me possível desenvolver e aprofundar um vasto leque de actividades. Desde visitas a sócios, aconselhamento sobre espécies a plantar, tipo de intervenções silvícolas a realizar, informação e esclarecimento sobre programas comunitários de apoio à floresta (subsídios, legislação, etc.).

Pude, ainda, elaborar e acompanhar projectos florestais, efectuar uma avaliação de material lenhoso num povoamento misto de pinheiro bravo e eucalipto, proceder à realização de inquéritos e participar em acções de formação, como formadora e formanda.

E assim, com esta pequena experiência consegui pôr em prática a teoria assimilada durante o curso, integrar-me na vida activa desta Associação, e iniciar o meu longo percurso (espero) na fileira florestal.

Deste modo, com o possível aumento e melhoria da equipa técnica, a Portucalea pretende dar resposta e solucionar todos os problemas dos seus associados porque *«na luta pela nossa sobrevivência económica as matas e as florestas representam um bem nacional que não pode, de modo nenhum, ser renegado para um plano secundário. Antes pelo contrário deve ser conservado, protegido, fomentado e explorado em moldes racionais para ser doado às gerações vindouras como uma das maiores riquezas que o País dispõe»* (Costa, 1993).

Paula A. P. Afonso
(Lic. Engenharia Florestal)

CAPOLIB

Formação

Em Boticas, pela segunda vez, decorreu a acção de formação «Associativismo, Gestão e Defesa Florestal» com o objectivo de formar os seus associados para que futuramente possam gerir as suas propriedades florestais, sempre com o apoio técnico da sua secção florestal.

Pela primeira vez o movimento associativo estendeu-se ao concelho de Chaves, com a formação destinada a pessoas que se tinham candidatado às medidas florestais, que até então existiam.

Pode-se dizer que, tanto no concelho de Boticas como no de Chaves, este tipo de movimento associativo tem tido uma recepção animadora, uma vez que estes associados sempre estiveram ligados à problemática da silvicultura e notavam que, no que respeita a este sector, estavam abandonados.

A CAPOLIB-Cooperativa Agrícola de Boticas e a sua Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso pretendem alargar a sua actividade na formação dos proprietários florestais para os Concelhos de Vila Pouca de Aguiar e Valpaços.

Actividades

Após um ano de existência e comemorando o dia Mundial da Floresta, a CAPOLIB-Cooperativa Agrícola de Boticas e a sua Secção Florestal organizou, no dia 21 de Março, a sua primeira Jornada Florestal com o apoio da Câmara Municipal de Boticas, e distribuiu na escola C+S de Boticas

um desdobrável da *Forestis*, com o tema «O Associativismo Florestal na Prevenção dos Fogos Florestais».

Jornada Florestal «Gestão dos Baldios do Concelho de Boticas».

Falar da Floresta no Concelho de Boticas é falar no perímetro florestal do Barroso.

O tema dos baldios foi escolhido porque a floresta deste concelho pertence, quase na totalidade, ao perímetro florestal, ou seja, são terrenos que se encontram na condição de uso e fruição pela comunidade local, os quais, tendo anteriormente sido usados e fruídos como baldios, foram submetidos ao regime florestal ou de reserva não aproveitada, ao abrigo do decreto-lei n.º 27 207, de 16 de Novembro de 1936, e da lei n.º 2069, de 24 de Abril de 1954 e ainda não devolvidos ao Abrigo do decreto-lei n.º 39/76, de 19 de Janeiro (Lei dos Baldios).

Sendo assim, estas áreas são objecto de intervenção por parte da DRATM-DSF.

O objectivo desta jornada foi promover um debate sobre baldios entre as entidades intervenientes na sua gestão, estimular o intercâmbio com associações congéneres, recolher as experiências e soluções que mais se adaptem às necessidades da gestão dos baldios do Alto Tâmega e Barroso.

Ricardo Saldanha
(Técnico Florestal da CAPOLIB)

ARBOREA

ARBOREA e CENASEF fazem experimentação

*Criado um campo de ensaio com castanheiros híbridos menos susceptíveis ao ataque do fungo *Phytophthora* «Doença da Tinta».*

A *doença da tinta* do castanheiro é conhecida desde o século passado e tem dizimado ao longo dos anos milhares de castanheiros, plenos produtores de tão nobre fruto e imprescindíveis para a economia transmontana. A preocupação em determinar as causas do seu aparecimento e as formas de a combater, unem gentes e institui-

ções determinadas em atingir respostas mais rápidas sobre esta questão tão vital.

Deste modo, a ARBOREA segue de perto este problema e tem orientado cursos de formação nesta área, com a finalidade de formar os associados na correcta instalação e gestão dos seus soutos e minimizar os efeitos da doença, travando o seu avanço e impedir o seu aparecimento.

O mais recente passo da Associação neste assunto, foi a instalação de uma parcela de ensaio, na propriedade de um associado, com aproximadamente 800 castanheiros híbridos (*Castanea sativa*

x *Castanea crenata*; *Castanea crenata* x *Castanea sativa* e outros), cedidos pelo Centro Nacional de Sementes Florestais (CENASEF).

O CENASEF obteve estas plantas através de propagação vegetativa pelo método de enraizamento de estacas semi-lenhosa, com o objectivo de obter aproximadamente 25 000 estacas/ano com vista à produção de plantas de qualidade menos susceptíveis ao ataque de fungos. Estes castanheiros têm revelado uma maior resistência ao ataque dos fungos associados à Doença da Tinta, *Phytophthora cinnamomi* (Rands) e *Phytophthora cambivora* (Petri) Buisman, dificultando assim o seu ataque desenvolvendo um antagonismo à infecção causada pelos mesmos.

A ARBOREA e o CENASEF pretendem deste modo seguir atentamente o crescimento dos castanheiros, registar o seu desenvolvimento, e retirar conclusões acerca da sua aplicação em povoamentos futuros, por exemplo na sua utilização como porta-enxertos, ajudando a combater este «aperto» dos silvicultores transmontanos.

O Associativismo dá desta forma mais um passo importante para a resolução das dúvidas levantadas pelos produtores florestais e está disposto a responder a questões sobre este assunto ou outro que possam ter.

António Borges, Eng.
(Técnico da ARBOREA)

AGRIARBOL

AGRIARBOL continua a crescer

A nossa Associação foi constituída a 26 de Novembro de 1998. Sediada em Macedo de Cavaleiros e com a sua sub-sede em Torre de D. Chama, a sua área de intervenção abrange os concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. Nestes, temos como principal objectivo desenvolver acompanhamento técnico aos sectores agrícola e florestal, no âmbito da elaboração de projectos, aconselhamento técnico e formação.

Neste momento a AGRIARBOL está em fase de

crescimento, uma vez que foi aprovado o Proagri ao qual se tinha candidatado, podendo contar já com estruturas adquiridas ao abrigo do mesmo, nomeadamente mobiliário e material informático. Paralelamente, estamos a elaborar o dossier para acreditação como entidade formadora.

A nova técnica foi também contratada ao abrigo do referido projecto. Trata-se de Marisa Cristina da Silva Oliveira, licenciada em Engenharia Florestal pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Marisa Oliveira
(Técnica da AGRIARBOL)

Associação Florestal do Lima

Contratação de mais um técnico florestal

A AFL conta com mais um técnico, licenciado em engenharia florestal, integrado num estágio profissional com a duração de 9 meses.

Nesta primeira fase, a extensão florestal, a divulgação da associação e seus serviços e proximidade do III Quadro Comunitário de Apoio, constituem a principal ocupação do novo técnico.

As juntas de freguesia do Vale do Lima têm sido preferencialmente visadas, uma vez que a associação considera que estas são um ponto de apoio fundamental para a informação dos pro-

prietários locais. É de salientar o interesse da maior parte das juntas de freguesia, no que diz respeito aos apoios às limpezas de matos.

A Associação Florestal do Lima, para além do atendimento permanente na sede em Ponte de Lima, às quartas-feiras (quinzenalmente) na Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez, está agora todas as sextas-feiras na Cooperativa Agrícola de Viana do Castelo.

Esperamos assim estar mais perto e disponíveis para ajudá-lo a aumentar o verde do Vale do Lima.

Nuno Sousa
(Técnico da AFL)

ARAVIS – Associação Regional dos Agricultores de Viseu

Secção florestal da ARAVIS

A ARAVIS – Associação Regional dos Agricultores de Viseu, tem ao dispor dos seus associados uma secção florestal, constituída em 1999, procurando responder aos apelos dos associados relativamente à necessidade de apoio efectivo às suas áreas florestais.

A região Centro, nomeadamente os concelhos de Viseu, Mangualde, Penalva do Castelo e Castro de Aire, onde a ARAVIS tem tido mais influência, são caracterizados pelo predomínio da floresta constituída basicamente por pinheiro bravo, sendo a tendência natural e potencial actual para um aumento dessas áreas, principalmente devido ao abandono de terras agrícolas pelos agricultores. Por outro lado, grande parte destas áreas encontra-se numa situação de quase abandono, tornando-se pasto fácil para as chamuscas.

No sentido de melhoria deste quadro, foram elaborados no ano de 1999 seis projectos integrados no Programa de Desenvolvimento Florestal

para áreas baldias. No presente ano, a ARAVIS está empenhada no alargamento destes projectos à área privada. Tem havido também uma ampla divulgação de outras medidas de apoio à floresta, nomeadamente a medida 21 – Manutenção de Superfícies Agrícolas Abandonadas Complementares da Exploração Agrícola, feita conjuntamente com a medida 6 – Manutenção de Sistemas Policulturais Tradicionais do Norte e Centro. Esta divulgação permitiu que centenas de proprietários florestais e agricultores recorressem a estas medidas como auxílio para a manutenção da sua floresta.

Tendo em perspectiva o III QCA, a ARAVIS encontra-se no terreno a preparar vários projectos, quer para a floresta privada, quer para baldios, que serão futuramente enquadrados nas medidas de apoio à floresta que sairão do referido Quadro Comunitário.

José Teixeira Gouveia
(O responsável técnico)

Associação dos Silvicultores do Vale do Ave

Trapezistas sem rede

Por duas vezes no ano fala-se abertamente de floresta. São elas: o seu dia mundial (21 de Março) e a época de Verão, entre nós vulgarmente conhecida por época de incêndios. De facto, apenas nestas duas ocasiões os mass media concedem algum tempo a este tema e, por conseguinte, só nestas datas a opinião pública está minimamente alertada para tão verde e imprescindível existência. Durante todo o restante ano, nada ou muito pouco se fala do espaço florestal e todas as suas condicionantes, rendimentos, custos, legislação, fiscalização, direitos e deveres de todos os proprietários e população em geral, etc., etc...

Os efeitos deste silêncio são tanto mais problemáticos quanto mais urbanas as regiões onde habitamos e, como todos sabemos, é nessas

centros urbanos que se tomam as decisões, onde as legislações são preparadas e onde as principais linhas orientadoras são definidas.

Cabe a nós técnicos florestais, lidar com este ilustre desconhecido da opinião pública e suas consequentes dificuldades, todos os dias do ano durante muitos anos de vida, divulgando e incentivando o investimento florestal qual um trapezista que actua num circo sem rede, apenas pelo gozo de voar, ainda que por breves instantes, ignorando a falta de apoio e condições de segurança que sobre os seus «passos» existe. Tudo se torna urgente e as acções são sempre insignificantes.

Assim, nós associações de proprietários florestais, temos o dever de acordar a opinião pública, de nos acordarmos a nós próprios, nos unirmos e exigirmos aos chefes do circo uma rede de segurança para os nossos voos acrobáticos no

investimento florestal. Temos o direito de manifestar os nossos interesses, as nossas opiniões e as nossas pretensões. Temos o dever de passar para a opinião pública as soluções técnicas que vamos encontrando, mostrar os frutos do nosso trabalho e agir de acordo com os princípios que nos sustentam.

Necessitamos, assim, de reclamar o apoio de todas as entidades competentes de forma a que possamos gerir eficientemente o tal bem que, embora sendo de todos, apenas tráz encargos e amarguras para alguns. Uma estreita colaboração com essas entidades e um contacto directo e regular com a comunicação social das nossas regiões será uma forma de se falar de floresta mais vezes no ano. Para nós, técnicos, será uma forma de reconhecimento do trabalho que escolhemos e que nos propomos fazer, e certamente será uma importantíssima ajuda ao avançar da

extensão rural num meio onde nem sempre é fácil abordar novos temas.

Apelo a todos os associados da Associação dos Silvicultores do Vale do Ave a que façam da sua associação um espaço de diálogo e um elo de ligação com a população exterior, apresentando-nos os seus problemas e os temas que gostariam de ver abordados e tratados pelo seu quadro técnico e corpo directivo.

À *Forestis*, nossa federação, solicito uma mais activa comunicação com a opinião pública, uma maior divulgação do seu e nosso trabalho e a continuação do apoio técnico que sempre nos tem sido prestado.

No entanto, fale-se de floresta nas suas diversas perspectivas de forma a que esta se torne para todos em algo de menos desconhecido.

Rui Guimarães
(O técnico da ASVA)

Cooperativa Silvo-Agro-Pecuária de Vila Nova de Ceira

Uma Cooperativa virada para o futuro

A Cooperativa Silvo-Agro-Pecuária de Vila Nova de Ceira, constituída por escrito particular de 20 de Abril de 1968 e cujos estatutos foram aprovados por alvará de 22 de Maio de 1969, tem a sua sede em Várzea Grande, freguesia de Vila Nova de Ceira, Concelho de Góis e a sua área social circunscreve-se ao Concelho de Góis e concelhos limítrofes.

O seu objectivo principal é efectuar, quaisquer que sejam os meios as técnicas utilizadas, as operações respeitantes à natureza dos produtos e prestação de serviços diversos, que se concretizam em cada uma delas.

As secções existentes são:

- Secção florestal (com 716 associados), cujo fim é proceder à arborização e melhoria florestal, extracção, transporte e comercialização de madeira, resina e qualquer outro produto extraído das matas;
- Secção Agrícola (como 191 associados), e Secção de compra e venda (com 486 associados) que tem por fim principal a aquisição de todos os produtos e materiais necessários às explorações florestais, agrícolas, pecuárias e artesanais dos seus cooperadores.

De referir que nesta secção funciona uma loja de artesanato com peças de várias regiões do país, e um gabinete de contabilidade que dá apoio aos cooperantes e desenvolve uma actividade de seguros que tem demonstrado bastante sucesso. Parceiros da EURESAP, companhia de seguros, adoptamos os princípios da Economia Social – Solidariedade, transparência e qualidade nos serviços oferecidos. É nesse contexto que somos parceiros sólidos com os quais se pode contar nos momentos decisivos...

Mas a cooperativa não fica por aqui. Trabalha arduamente com o objectivo de apoiar o desenvolvimento da freguesia, apoia várias entidades e instituições que promovam e dinamizem a cultura, o desporto e a intervenção social em Vila Nova de Ceira, quer seja através de atribuição de subsídios, ou de meios técnicos e pessoais.

As cooperativas não podem, nem devem, ficar indiferentes a todo um processo global do seu espaço envolvente e daí a necessidade de se perspectivarem e prepararem para as novas realidades, agindo como um dos motores do desenvolvimento rural...

Rui Giestas
(Técnico Florestal da Coop. S-A-Pec. de V. N. de Ceira)

Associação Florestal de Entre Douro e Vouga

Balanço das actividades da Associação

No âmbito da formação, no ano de 1999, foram desenvolvidas 5 acções na área da Produção Florestal, todas elas destinadas a proprietários florestais, em que um dos principais objectivos, apesar de ser de carácter geral, é o de aproximar e o de despertar interesse naqueles que possuem áreas florestais, e que muitos deles até já se «esqueceram» que as possuem, o que foi definitivamente atingido.

No passado dia 11 de Dezembro, a Associação Académica de Cambra organizou um Seminário sob o tema «A Floresta – Património do Futuro», no qual a Associação teve a seu cargo a apresentação do 1º painel, cujo tema foi «A Floresta actual – diagnóstico da situação», tendo sido apresentado pelo seu técnico.

Foi também com grande satisfação que a Associação recebeu um grupo de estudantes da Escola Secundária de Vale de Cambra, que tiveram a oportunidade de ver a nossa Equipa de Sapado-

res Florestais a operar no terreno, e onde se explicou quais as vantagens de se procederem a limpezas das áreas florestais.

Por último, a Associação tem vindo a fazer uma série de reuniões de sensibilização aos representantes das Juntas de Freguesia dos concelhos que fazem parte da área social desta Associação, e juntamente com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, realizou uma acção de esclarecimento a proprietários florestais da Freguesia de Pinheiro da Bemposta, que decorreu no dia 25 de Janeiro de 2000.

Parece pois, que continuamos a desempenhar um papel importantíssimo nesta região, apesar das dificuldades que vamos encontrando pelo caminho. É de realçar o facto de termos adquirido uma viatura todo terreno, que permite uma maior versatilidade ao técnico, e que se traduz num melhor apoio aos sócios.

Jorge Cunha
(Técnico AFED e Vouga)

Associação do Vale do Douro Norte

Jornadas Técnicas

Realizaram-se no passado dia 25 de Março, as segundas Jornadas Técnicas da Associação, onde estiveram presentes para além de proprietários florestais várias entidades ligadas ao sector florestal. Destacamos a presença na sessão de abertura do representante da Câmara Municipal de Murça, Direcção Geral das Florestas e Direcção Regional de Agricultura. O nível de participantes ultrapassou a centena, correspondendo às nossas expectativas e provando mais uma vez que os proprietários estão interessados.

A temática destas jornadas foi «**Equipamento e Práticas Culturais na Pequena Exploração Florestal**», a escolha deste tema prendeu-se com a necessidade de dar a conhecer aos proprietários florestais alguns exemplos de equipamentos e técnicas que permitam melhorar a gestão e o produto final das explorações florestais.

Esta jornada teve duas partes, a primeira durante a manhã de âmbito mais teórico com oradores experientes e conhecedores do contexto florestal regional. Falamos do Prof. Fernando Santos (UTAD), Eng. Eugénio Varejão (UTAD) e Eng. Eduardo Alves (DRATM), apresentando estes, as diversas técnicas e equipamentos adequados à gestão e rentabilização das explorações florestais, seguindo-se um debate participado, moderado pela Eng. Rosário Alves (*Forestis*).

À tarde retomaram-se os trabalhos, com a exposição e demonstração no terreno de diverso tipo de equipamentos que podem ser utilizados na gestão florestal, máquinas e técnicas adequadas no controlo de matos e desrramações. Estas demonstrações foram levadas a cabo por empresas e marcas extremamente conhecidas do sector.

Julgamos que com estas jornadas, contribuímos mais uma vez para a formação e informação não só dos nossos associados como também dos



demais participantes, os quais suscitaram grande interesse e participação. Apresentamos, assim, as conclusões técnicas das comunicações e dos assuntos debatidos:

Conclusões das Jornadas:

1. Em relação às acções de corte de matos os meios mecânicos com maior rendimento, corta matos de correntes, nem sempre pode ser utilizado devido às características do povoamento, sendo muitas vezes necessária a utilização das motorroçadoras que têm custos maiores que as ajudas ao investimento prevêm.

2. Os meios químicos têm efeitos mais duradouros que os mecânicos e podem resultar do ponto de vista económico se se utilizar a concentração e substância activa correcta. Chamou-se no entanto, atenção para o impacto ecológico quando mal aplicados.
3. As operações florestais realizadas nos primeiros cinco anos são cruciais para o sucesso das plantações.
4. As operações de condução de povoamento devem ser um prolongamento lógico e contínuo das acções de plantação, pois a correcta execução das podas de formação, desramações e desbastes é o que leva à mais valia para o produtor, pelo valor acrescentado que pode ser incorporado quando chega à indústria.
5. Os principais obstáculos à execução destas operações são a falta de mão de obra especializada, a desadequação dos instrumentos e ainda a falta de sensibilidade do proprietário para a qualidade do produto por não encontrar reflexo directo no preço.
6. A Formação profissional para florestais, sua valorização e dignificação dos trabalhadores deve ser uma prioridade principalmente em relação às normas de segurança. Este assunto não diz respeito só aos trabalhadores individualmente mas também, e principalmente, às empresas que os contratam, até porque existem instrumentos financeiros de apoio à formação.
7. O equipamento florestal tradicional não consegue ter rentabilidade na pequena propriedade, a alternativa é adaptação de máquinas agrícolas que mesmo assim só responderão em termos de custo/eficiência à média exploração.
8. A pequena exploração requer um tipo de equipamento específico de menores dimensões, raro no mercado português e cujo preço de aquisição se torna inabarcável para o pequeno proprietário.
9. A aquisição do material/equipamento florestal adequado, pode ser amortizado rapidamente se for feita a escolha adequada. O maior investimento leva a uma economia de custos pelo aumento de produtividade no trabalho e menor taxa de acidentes de trabalho.

PUB.



MESQUITA GUIMARÃES
Agro Florestal, Lda.

- Todo o tipo de serviços agrícolas e florestais;
- Construção de bosques e espaços verdes;
- Manutenção da paisagem e da floresta;
- Corte de silvas, fetos, matos, etc.;
- Cirurgia de árvores - podas e operações sanitárias, podas selectivas, podas ornamentais, reduções de copa, desmontagem e abate, colocação de cabos de aço e escoras;
- Plantação de árvores;
- Preparação de terrenos;
- Manutenção da vegetação arbustiva ao longo das linhas de água;
- Limpeza de quintais urbanos;
- Aplicação de herbicidas, fungicidas, etc.;
- Apanha de fruta e vindimas;
- Jardinagem.

Pela natureza

R. António José Faria Brandão, 147G - 4760-268 BRUFE VNF - Tel./Fax +351.252319883 PORTUGAL

Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega

Acção de Formação «Gestão e Protecção da Floresta no concelho de Amarante»

A par da enorme importância que a AFEDT dá à formação dos seus Associados realizou com a *Forestis* a Acção de Formação «Gestão e Protecção da Floresta no Concelho de Amarante», que decorreu nos dias 9, 10, 14, 15, 16, 21, 22 e 23 de Março, no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Amarante.

A iniciativa de levar a cabo esta acção no Concelho de Amarante prende-se também com o aumento significativo do número de Associados neste concelho, que se cifra já em mais de 50, o

que corresponde a cerca de 1/3 dos associados da AFEDT.

Esta iniciativa saldou-se por um enorme sucesso. Deste logo pelo número elevado de inscrições que ultrapassaram largamente os 16 vagas do curso. Todos os formandos se congratularam-se pela iniciativa levada a cabo pela AFEDT, realçando a importância de dar aos seus associados a oportunidade de adquirirem e aperfeiçoarem conhecimentos no sentido de no futuro poderem gerir e proteger melhor a sua floresta.

António Neto (Eng. Florestal)
(Técnico da AFEDT)

Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho

II Jornada sobre Baldios

No dia 10 de Dezembro decorreu no Centro Cultural de Moledo, Concelho de Caminha, a II Jornada sobre baldios, organizada pela Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, e que contou com a presença de cerca de uma centena de participantes.

O 1º Painel constou de uma mesa redonda, em que se confrontou a visão das entidades gestoras das áreas Baldias – Direcção Regional de Agricultura Entre Douro e Minho e Parque Nacional Peneda Gerês – com a dos representantes dos Baldios – Juntas de Freguesias ou Conselhos Directivos.

Como resultado do debate concluiu-se que «a gestão por parte da Direcção Regional de Agricultura Entre Douro e Minho e Parque Nacional Peneda Gerês, deverá ser mais eficiente, em todas as vertentes, desde a arborização à exploração florestal. Salientou-se, ainda, a necessidade de uma maior participação dos compartos nas decisões que envolvem a gestão dos Baldios».

No que se refere aos Baldios cuja Gestão é efectuada em regime de exclusividade pelos compartos, o Prof. Flamiano, do Conselho Directivo dos baldios de Riba de Âncora, realçou, entre outras questões, os atrasos nos pagamentos às Brigadas de Sapadores Florestais. Relativamente

a este assunto, «é necessária a regulamentação da legislação referente à constituição das Brigadas de Sapadores Florestais, de forma a permitir candidaturas a este programa por parte das autarquias locais», já que, no Vale do Minho predominam os Baldios cujos poderes de administração estão delegados nas Juntas de Freguesias.

Em relação às autarquias, nomeadamente Câmaras Municipais, exige-se uma maior atenção para as questões florestais, principalmente no que se relaciona com a problemática dos incêndios, de acordo com outra das conclusões desta jornada.

O Associativismo Florestal, inserido no 2º Painel, foi discutido tendo como base as apresentações da Dr.ª M.ª Fernanda Ribeiro dos Santos, em representação da *Forestis*, e dos Eng.ºs Julio Cagigal e Ana Maria Fernandes, em representação da Asociación Forestal da Galiza, que resumiram o importante trabalho desenvolvido pelas associações florestais no apoio aos Baldios. «O associativismo florestal deverá ser apoiado na medida em que presta serviços de reconhecida utilidade para os Baldios». Realça-se ainda, deste painel, que «a floresta não é apenas sinónimo de produção lenhosa, devendo os produtores florestais ser apoiados pelos outros benefícios que a mesma presta à sociedade, tais como fixação de carbono, controlo da qualidade da água, promoção da biodiversidade, etc. É

indispensável a existência de Planos de Gestão florestal que contemplem a multiplicidade de funções no espaço florestal».

Despertou grande interesse entre os presentes a apresentação da Eng. Ana Fernandes pois, para além de técnica da Associação Forestal da Galiza, é Presidente de um Conselho directivo de Baldios que tem um contrato de gestão com o Estado em que, ao contrário do caso português, estão bem definidas as obrigações de cada uma das partes e que pode ser rescindido sempre que assim o entenderem.

Concluiu-se que, no futuro, «à semelhança do que acontece na vizinha Galiza, seria desejável existência de contratos, entre os co-gestores, e uma coordenação e colaboração mais estreita na planificação dos investimentos a realizar».

O 3º Painel contou com a presença da Eng. Zita Costa, da Direcção Geral das Florestas, que indicou as principais linhas orientadoras do novo Quadro Comunitário no que se refere ao sector florestal e em especial aos apoios às áreas baldias. Como resultado do debate que se seguiu concluiu-se que «as ajudas ao investimento florestal em áreas Baldias deverá manter-se a 100%» pois, caso contrario, não existirão condições de execução dos projectos já que, os Baldios cuja gestão é efectuada em regime de exclusividade pelos com-partes só agora estão a ser rearborizados, estando anteriormente com outros usos e não possuindo, como tal, receitas próprias.

Margarida Barbosa
(Técnica APFV – Minho)

CELFLOR

A CELFLOR adquiriu um equipamento de GPS

A Celflor, adquiriu um equipamento de receptores GPS, bem como um software *Asset Surveyor*, para recolha e actualização de dados GIS (Sistema de Informação Geográfica), e posterior tratamento de dados em gabinete.

A aquisição deste equipamento só foi possível graças à compartimentação da ADRUSE (Associação Gestora do Leader da Serra da Estrela), em 65% do seu custo, no âmbito do Programa LEA-

DER II. O restante financiamento ficou a cargo da Celflor.

Este equipamento vai permitir-nos melhorar o apoio técnico aos nossos associados, bem como a instituições várias e populações em geral. Podemos agora, mais expedita e rapidamente, fazer levantamentos de áreas florestais, caminhos e/ou outras infra-estruturas.

Marisa Martins
(Técnica da CELFLOR)

Associação Florestal do Baixo Vouga

Protocolo entre a Associação e a CELBI

A Associação Florestal do Baixo Vouga e a Celulose Beira Industrial (CELBI) assinaram no passado dia 1 de Março, na sede da CELBI, localizada na Quinta do Furadouro em Óbidos, um protocolo que visa a cooperação em acções conducentes à Sustentabilidade da floresta dos associados da Associação Florestal do Baixo Vouga, em todos os domínios técnicos, concretamente nas áreas da Silvicultura, Exploração, Desenvolvimento das Operações, Ambiente, Segurança e Informação.

Para além do mero simbolismo que esta acção possa representar pensamos tratar-se de um passo importante para a concretização de futuras

trocas de informação e experiências entre as duas entidades, com benefícios evidente para ambos. Faz todo o sentido que num determinado sector produtivo, neste caso o sector florestal, existam fortes relações entre a parte produtiva e a parte industrial. Da parte da Associação Florestal do Baixo Vouga, e sempre considerando os interesses dos associados e da Floresta em geral, pensamos poder funcionar como veículo de transmissão de informação e conhecimentos acumulados num largo período de tempo pela CELBI, maioritariamente em questões respeitantes à silvicultura do Eucalipto.

Luís Sarabando
(Técnico Florestal da AFBVouga)

Fogos controlados



O *fogo controlado* realiza-se em épocas de temperatura e humidade convenientes dentro ou fora de povoaamentos florestais.

Se é certo que nos habituamos a pensar no fogo como sinónimo de destruição de bens materiais e até de vidas humanas, desta vez, vamos falar de um fogo especial, purificador, verdadeiro amigo de quem, como nós, todos os anos se angustia com o progressivo desaparecimento de grandes zonas arborizadas.

Fogo controlado é, na verdade, uma ferramenta que o florestal pode utilizar para diminuir as catástrofes dos grandes incêndios de Verão, dificultando a sua progressão e facilitando o seu combate, pela redução drástica do material combustível, seja «o mato», constituído pelos arbustos espontâneos ou a manta morta. E sublinho pode, porque, sendo esta forma de limpar os arvoredos muito barata e de grande eficácia, não é uma *panaceia* que se possa utilizar para eliminar elevadas quantidades de combustível que nos surjam nas nossas florestas.

Há uma grande experiência na utilização desta técnica na região do Entre Douro e Minho e em Trás-os-Montes através dos (ex) Serviços Florestais e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Nos últimos vinte anos foram percorridos alguns milhares de hectares, principalmente de pinheiro bravo, incluindo repetições, em muitas áreas.

Infelizmente, apesar de bons resultados alcançados, a realização de fogos controlados não tem tido a expansão que merecia. Apesar de muito simples, a

sua execução exige uma boa profissionalização com profundos conhecimentos técnicos e táticos e elevado sentido de responsabilidade. Esta realidade tem criado dificuldades na formação de equipas executoras e de políticas interessadas em correr o risco de oficializar a utilização desta ferramenta silvícola, *legislando de acordo com a profissionalização que é imprescindível e a responsabilização que é exigível*.

Ninguém pode ser resineiro, caçador ou automobilista sem primeiro demonstrar os seus conhecimentos na matéria e ser oficialmente credenciado, nem ninguém poderá dirigir e/ou executar um *fogo controlado* sem se submeter às provas teóricas e práticas que o possam acreditar junto dos proprietários florestais e das entidades fiscalizadoras. Não se pode, como até agora, atribuir essa competência, de forma aleatória sem as provas dos seus conhecimentos, pois não deverá chegar ser guarda florestal ou bombeiro para ser competente.

Esta FICHA TÉCNICA não é assim um *curso de formação*, mas um meio *informativo* da existência dum processo prático, económico e eficiente que poderá eventualmente vir a ser utilizado na limpeza dos vossos povoamentos florestais, principalmente de pinheiro bravo.

O *fogo controlado* faz-se somente durante o Inverno ou no fim do Outono, com baixas temperaturas, humidade relativa do ar elevada, humidade no solo e algum vento; é necessário que haja continuidade de combustível por baixo do «mato» que se quer queimar, que o fogo caminhe contra o vento e de cima para baixo. É fundamental que o fumo seja branco e que a cinza fique, como um tapete, por cima da parte queimada, que assim fica branca e não preta como após um incêndio. Esta cinza vai melhorar as propriedades físicas e químicas do solo, que fica menos ácido, com mais fósforo, mais permeável às águas da chuva e, muitas vezes, menos erosionável. Se o plano de *fogo controlado* for bem pensado e executado – pequenas parcelas criando uma espécie de mosaico, com repetições todos os três a cinco anos – aumenta a Biodiversidade e a capacidade nutritiva para os herbívoros domésticos e bravios.

O *fogo controlado* não deve ser feito em povoamentos idosos ou onde se verifique a existência de pragas de insectos, pois vai agravar o número de plantas afectadas.

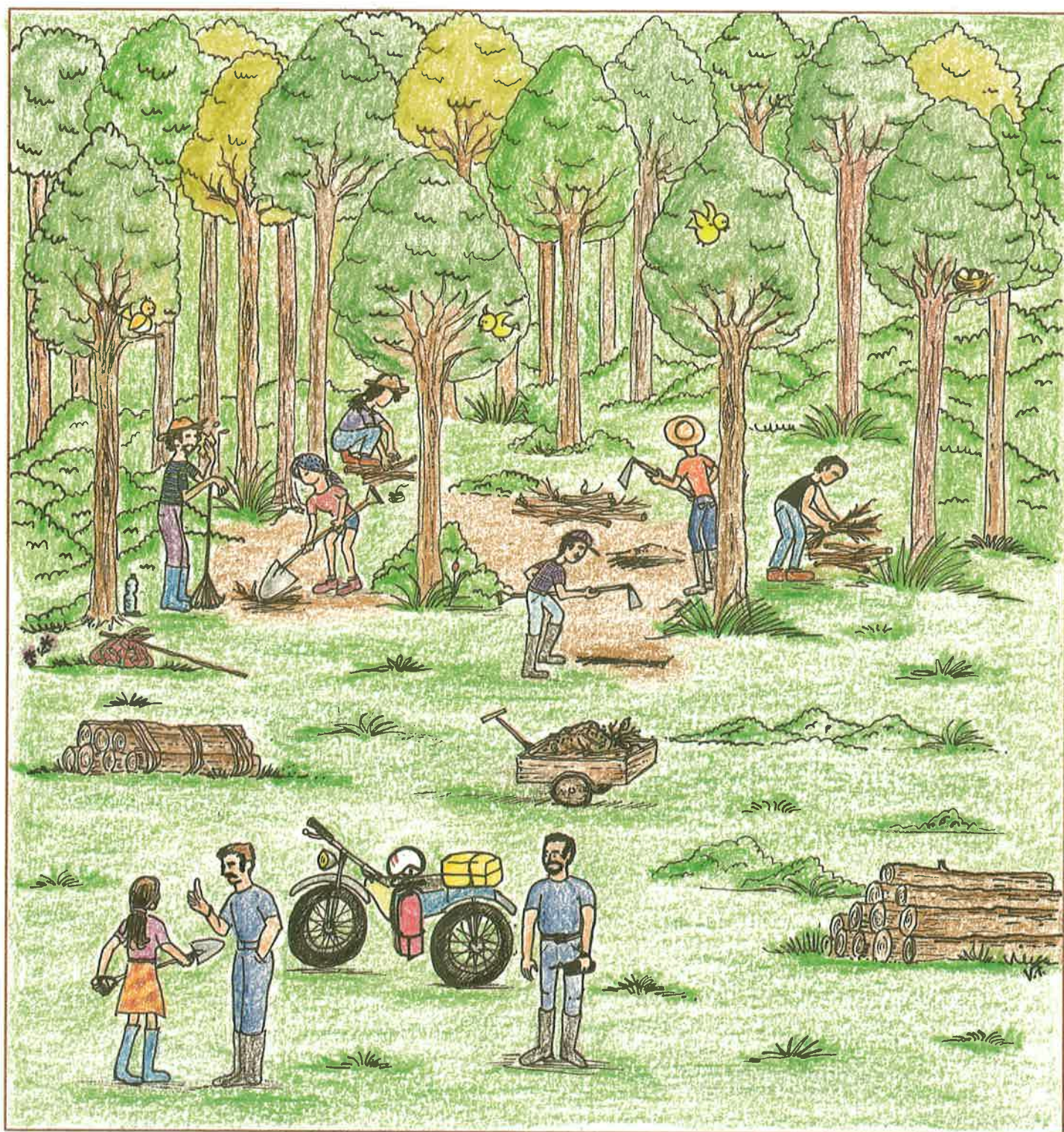
A *Forestis* tem incluído nos seus cursos de formação para proprietários florestais o tema dos *fogos controlados*, e já proporcionou aos seus técnicos e de outras entidades públicas e privadas cursos especializados que, depois duma parte teórica acabam com a execução de fogos do terreno, o que lhes têm dado um conhecimento aprofundado das técnicas e das táticas que não lhes é oficialmente reconhecido.

ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÉCN.
Associação Florestal do Vale do Sousa	Ed. Sonho, Fracção C – cave tras., – Madalena • 4580 Paredes Tel. / Fax: 255 783 979 • Telem.: 96 256 86 59	Eng ^a Amália Neto e Eng ^o Alexandre Gomes
CELFLO	R. Andrade Corvo, Ed. Câ. Mun. • 6360-331 Celorico da Beira Tel. / Fax: 271 741 307 • Telem.: 96 250 20 36	Eng ^a Marisa Martins e Eng ^o Paulo Mimoso
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 • Ponte de Lima Telem.: 917 625 099 • Tel./Fax: 25 894 41 03	Eng ^a Sónia Marques
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2 ^a D – Cabeceiras de Basto 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: 253 665 309 • Telem.: 96 804 41 63	Eng ^o Artur Mota
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 Braga Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng ^o André Rebelo
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950-491 Monção Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 707 39 90	Eng ^a Margarida Barbosa e Eng ^a Elisabete Araújo
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng ^o António Neto
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – L ^o . do Pelourinho – Apartado 38 • 5090 Murça Tel.: 259 511 712 • Telem.: 91 955 40 42	Eng ^o João Teixeira
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420-086 Gondomar Tel./Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 96 249 75 63	Eng ^a Teresa Neves
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320-311 Vinhais Tel./Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 2404007	Eng ^o António Borges
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 Arouca Tel./Fax: 256 949 041 • Telem.: 96 267 51 63	Eng ^o Jorge Cunha
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Quinta do Pinhô • S. Torcato • Apartado 1076 • 4811-908 Guimarães Tel.: 253 55 37 76 • Telem.: 91 740 69 89	Eng ^o Rui Guimarães
FLORISVOUGA – Associação Florestal de Lafões	(Sede prov.) Drizes, Bairro Novo • Apartado 23660 S. Pedro do Sul Fax: 232 712 696 • Telem.: 96 776 37 16	
AGRIARBOL – Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente	Mercado Municipal, loja 34 • 5340-208 Macedo de Cavaleiros Tel.: 278 421 698 • Telem.: 93 620 06 20	Eng ^a Marisa Oliveira e Eng ^o Paulo Rodrigues
URZE – Associação Produtora Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Av. dos Bombeiros Voluntários, Ed. Merc. Municipal, cave 6290-520 Gouveia Tel.: 238 498 160 • Fax: 238 498 159	Eng ^o Rui Xavier
Associação Florestal do Baixo Vouga	(Sede prov.) Rua Padre Joaquim Rocha, nº 748 – Lombomeão 3840-382 Vagos Telem.: 917 133 536	Eng ^o Luís Sarabando
ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu	Av. Emídio Navarro, nº 27, 3 ^a – loja 24 A/D – Académico • 3500 Viseu Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 422 568	Eng ^o José Teixeira
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso	Av. do Eiró • 5460 Boticas Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 962 683 270	Eng ^o Ricardo Saldanha
Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Ceira	3300 Vila Nova de Ceira Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176	Eng ^o Rui Giestas

Os fogos dificilmente se apagam...

PREVINEM-SE !



Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF)
Ministério da Administração Interna

